

VIOLÊNCIA SOCIAL SOBRE AS MULHERES, EM TEMPO DE PANDEMIA: CONTRIBUTOS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, NA QUARTA VAGA

Eunice Macedo

A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver não poderemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direcção à igualdade, desenvolvimento e à paz. (KOFI ANNAN, Ex-Secretário Geral das Nações Unidas, 2015, p. 2).¹

Neste capítulo, busco trazer uma compreensão acerca da violência social sobre as mulheres em tempos de pandemia. Para isso, foi consultado um grupo de estudantes de mestrado em Ciências da Educação, através

¹ Epígrafe introdutória da Lei Maria da Penha <https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Lei-Maria-da-Penha.pdf>

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-348-9.p119-146>

de um questionário aberto sobre o tema. Faço um enquadramento da problemática nos feminismos da quarta vaga, razão pela qual começo por explicitar os feminismos e as suas agendas. Passo a situar e a situar-me face à violência para, em seguida, clarificar a construção teórico-metodológica dos argumentos e refletir sobre perspetivas e olhares de pessoas universitárias na sua relação com a violência. Identifica-se como grandes manifestações de violência social, a *objetificação do corpo feminino e do ser no seu interior; bem como a subordinação das mulheres no contexto de trabalho*, como cadinho para a repercussão da violência social no espaço familiar, em tempo de pandemia.

O(s) feminismo(s), enquanto movimento múltiplo e plural, têm-se afirmado em correntes diversas e ao longo de diferentes vagas², em que se identificam focos particulares³. Estes feminismos convivem – e às vezes conflituam – no nosso tempo, repensando-se e atualizando-se face aos desafios sociopolíticos e culturais que vão emergindo. Dando cabimento ao debate que apresento em seguida, podem identificar-se, na quarta vaga, grandes eixos e focos de preocupação/ reclamação de direitos. A questão da violência contra as mulheres, que está em foco neste texto, continua a ter prevalência, corporizando um desses eixos.

Para uma compreensão mais aprofundada, faz sentido apresentar uma síntese muito breve das diferentes vagas, numa visão a partir do mundo ocidental⁴. A primeira vaga associa-se ao século XIX e início do século XX, dando corpo ao feminismo da igualdade. O seu grande foco está na busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres, incluindo

² Enquanto em Portugal se utiliza o termo ‘vaga’, no Brasil, é comum o uso do termo ‘onda’. No artigo “As quatro ondas do feminismo: Lutas e conquistas” Andrade da Silva, Moura do Carmo e Rossini Ramos (2021) faz uma apresentação interessante destas vagas.

³ Para um aprofundamento sobre ‘feminismos’ consulte-se a obra coordenada por Marques, Nogueira, Magalhães e Marques da Silva (2003). Para uma discussão breve acerca da “insuficiência teórica e a falta de debate” sobre as correntes do feminismo, em Portugal, consulte-se Tavares (2003, p. 66).

⁴ Para evidenciar a importância do nosso lugar de fala, é importante referir que, enquanto no mundo ocidental, se tem associado a emergência do feminismo negro, aos anos 1970, nos EUA, como reação e não identificação com o feminismo branco, num outro posto de observação, pode identificar-se o enraizamento do feminismo negro no século XVII a par da escravidão dos povos africanos nos EUA, ligado à história social e literária das mulheres, à autobiografia, ficção, teoria... (MACEDO, 2003). Dellia de Dios Vallejo (2015) faz também uma análise interessante do feminismo, examinando a sua evolução no contexto mexicano. Para uma compreensão de “Os movimentos feministas brasileiros na luta pelos direitos das mulheres” consulte-se Nogueira Diógenes, Rocha e Brabo (2015).

igualdade contratual, igual acesso às propriedades, direito ao voto – com destaque para as sufragistas –, recusa dos casamentos predefinidos que ignoravam as escolhas femininas, sendo que, nos EUA, se centra também no fim da escravatura.

A segunda vaga, cujo surgimento remete para os anos 1960 e 1970, identifica-se também como feminismo da igualdade, sendo a agenda política de género renovada. As mulheres prosseguem a busca de igualdade de direitos, reclamando valorização no trabalho, fim da discriminação, direito ao prazer e ao próprio corpo, libertação das amarras, da violência sexual e da mística feminina, que afirma a fragilidade das mulheres, sendo que a pílula anticoncepcional vem abrir espaço à mudança do papel das mulheres na sociedade.

Já na terceira vaga, nos anos 1990, se afirma um feminismo da diferença, como corrente múltipla. É a afirmação da diversidade das mulheres que está aqui em causa, assumindo-se que a diversidade das limitações sociais, impostas às mulheres, implica também necessidades, lutas e reivindicações distintas. Pondo em perspetiva as vagas anteriores, a nova agenda política de género tenta colmatar o vazio deixado por estas em algumas matérias. O conforto económico proporcionado por maior independência⁵ financeira, possibilita novas reivindicações que vão além da liberdade sexual, para incluírem o combate ao racismo, ao classismo, ao sistema patriarcal, à discriminação. Redefinem-se temas como o da maternidade e os papéis da mulher na relação. A luta contra a violência é reconfigurada. Reafirmando-se a alocação das mulheres ao papel de vítimas, um reconhecimento que procura assegurar o seu direito à proteção na justiça e na sociedade, a luta contra a violência afirma-se com histórias de sobrevivência, dando visibilidade à força e ao poder das mulheres.

Quanto à quarta vaga, não é consensual a identificação do seu surgimento, admitindo-se que tenha tido início na primeira década deste século, configurando-se enquanto feminismo inclusivo, muito associado ao espaço digital. Tira-se partido da tomada de consciência de que as

⁵ De notar que Lister (1997a) identificava já a independência económica como condição para a cidadania das mulheres. Para aprofundamento, consulte-se também Lister (1997b, 1999).

teorias de poder para as mulheres se podem alargar a outros grupos, todos os géneros, todos os sexos, todas as identidades. Há assim um conjunto de especificidades que podem alicerçar a agenda política de género na nova vaga feminista, em torno de reivindicações amplas. Apesar dos muitos esforços, ações e reivindicações, a prevalência da violência sobre as mulheres, muitas vezes de forma subtil, não permite o abandono desta questão na atual agenda política de género, na quarta vaga, em que se acentua também a necessidade de trabalhar com os perpetradores para avançar de forma mais segura nesta luta. No que diz respeito à opressão sobre o corpo, afirma-se o direito à liberdade, incluindo o abandono de normas de fisicalidade hegemónica. Ou seja, afirma-se o adeus às formas, aos padrões e tamanhos corporais e aos ideais de beleza pré-estabelecidos como adequados pela sociedade. A reivindicação do reconhecimento e inclusão absoluta e inequívoca das pessoas LGBTQIA+, implica a recusa de qualquer forma de violência sobre as pessoas destes grupos, e surge a par do combate à misoginia e à misandria, com tolerância zero, e a par da reivindicação de igualdade de representação em todos os setores. Neste capítulo, foca-se a violência sobre as mulheres.

AINDA A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMA SOCIAL E POLÍTICO⁶

As abordagens feministas, considerando a violência familiar um acto social e não um problema médico e pessoal (Hoff, 1990), cujas vítimas principais são as mulheres, [afirmam que] essa violência é o resultado e a expressão de uma assimetria (desigualdade) de poder entre os sexos. (MONTEIRO, 2003, p. 90).

Em trabalhos anteriores (MACEDO, 2015a, 2015b, 2015c)⁷ também discuti a violência social sobre as mulheres enquanto construção humana naturalizada que tem servido de cadinho à manutenção de relações de poder desigual, num quadro de subordinação do sujeito feminino, tanto em contextos vistos como pertencentes à vida pública, como o local de

⁶ Monteiro (2003).

⁷ No mesmo ano, uma estudante universitária, Aline Ugalde Reséndiz, publica no México “El ciclo autosustentable de la violencia de género en México, que vale a pena ler.

trabalho, como em contexto vistos como pertencentes ao mundo privado, como o espaço familiar.

Neste capítulo, para trazer uma compreensão acerca da violência social sobre as mulheres em tempos de pandemia, acentuo 3 pressupostos. Primeiro, há que ter em conta que, em termos mais globais, e nas suas diversas formas, a violência sobre as mulheres põe em causa a cidadania e a vivência de uma democracia mais autêntica. Ou seja, não é só cada mulher que sai limitada nos seus direitos de cidadania, mas são também as mulheres, enquanto grupo social, e a restante sociedade, que perdem a possibilidade de usufruir da realização e dos contributos das mulheres, num quadro de exercício democrático. O segundo pressuposto reporta-se à afirmação de que a violência social pode assumir diversas formas no espaço público e no espaço familiar – havendo múltipla interpelação, interpenetração entre esses espaços – em que se observa, frequentemente, uma replicabilidade das relações de poder que lhes são inerentes e que advém de *localizações estruturais de poder* das pessoas que os habitam, como o género. O terceiro pressuposto jaz na asserção de que a violência social é exercida não apenas *contra*, mas *sobre* as mulheres, situando-nos em posições de subordinação, desvalorização e falta de reconhecimento.

Face a estes pressupostos fez sentido trazer 2 esclarecimentos, que parecendo óbvios, efetivamente, não o são. A expressão “violência social” é utilizada para referir a diversidade de modalidades e formas de violência no espaço social mais amplo, enquanto a expressão “violência no espaço familiar” se refere à, frequentemente (mal) designada, violência doméstica.

Procurando uma melhor explicitação do que está em jogo, refiro ainda um conjunto de manifestações da violência social que, muitas vezes se entrecruzam e mutuamente se reforçam, dando à violência social um enquadramento interseccional (BYERLY, 2017)⁸. Isto permite enfatizar que, afetando as mulheres enquanto grupo social, a violência social afeta de modos distintos mulheres distintas, sendo as suas dimensões tanto mais

⁸ Para uma compreensão aprofundada deste conceito, consulte Cerqueira e Magalhães (2017), aqui utilizado enquanto “[...] terminologia simples para nomear uma complexa e compreensiva abordagem identitária que considera, simultaneamente e com o mesmo grau de centralidade, vários posicionamentos dos quais os indivíduos são reféns devido às suas diferentes pertenças sociais.” (CERQUEIRA; MAGALHÃES, 2017, p. 11).

graves quanto mais grave a situação de fragilização dessas mulheres, e os diálogos e conflitos entre os seus lugares de pertença, enquanto espaços de “falta de poder”⁹ (LISTER, 1997a). Dimensões de raça e etnia, deficiência, cultura, recursos... podem cruzar-se gerando formas de violência social em que se combina racismo, desvalorização pelas capacidades e pela cultura, a par de discriminação pela pertença de grupo social em termos de estatuto socioeconómico. Por outro lado, é importante reconhecer, ainda, que a pertença das mulheres a grupos dominantes, por exemplo, em termos de estatuto social, não constitui em si um fator de proteção contra a violência a qual pode, por exemplo, derivar da subordinação de género, uma situação que tem sido evidenciada na desconstrução de velhas crenças de que só as mulheres de estatuto socioeconómico baixo eram vítimas de violência. Perigosamente, “[...] muitas destas formas de violência estão profundamente naturalizadas não sendo sequer objeto de discussão política.” (MACEDO, 2015b, p. 19).

Sendo de reconhecer, numa nota positiva, que vários movimentos, incluindo de jovens, mais marcadamente desde finais do século passado, têm assumido a busca da mudança social, nestes domínios, é possível ainda hoje mapear um conjunto de manifestações/ formas de violência social, como tenho referido. A relação com o trabalho assume uma dimensão crucial, ao permitir mostrar como as reclamações da primeira, segunda e terceira vaga do feminismo estão ainda aquém de realizadas. Dou destaque i) à participação das mulheres num mundo do trabalho – traçado *por* e *para* homens, em que se reproduz um modelo masculino e sem que o mundo do trabalho busque ajustar-se à entrada das mulheres (MACEDO; SANTOS, 2009, 2013); ii) à tentativa de acantonamento das mulheres ao espaço privado da família, com regresso “forçado” ao trabalho reprodutivo; iii) a expectativa social da acumulação e conciliação do trabalho produtivo

⁹ De notar que autores como Baker, Lynch, Cantillon e Walsh (2004, p. 34) reclamam igualdade de condição para a cidadania das mulheres, definindo um conjunto de condições que nos parecem cruciais enquanto fatores de proteção contra a violência. Destaco na sua proposta o poder para influenciar as decisões que afetam as suas vidas, respeito e reconhecimento para viver a própria vida sem o peso da desaprovação e da hostilidade da cultura dominante; recursos que deem acesso a um conjunto de opções dependentes-dos-recursos de valor similar ao de outras pessoas; afeto, cuidado e solidariedade, dando acesso a possibilidades amplas de formação de ligações humanas válidas e trabalhar e aprender permitindo uma escolha efetiva entre ocupações que considerem satisfatórias e compensadoras.

(pago) e reprodutivo (não pago) pelas mulheres, que têm estado no centro do debate académico mas também da discussão política. Questões como a tentativa de regulação exógena dos direitos reprodutivos e sobre o próprio corpo (PENICHE, 2007), e a hipersexualização social a par da repressão e silenciamento dos afetos e da sexualidade das raparigas, no quadro de uma *cidadania sexual recatada* (FONSECA, 2009), bem como a prevalência do assédio obrigam-nos a pensar que ainda muito há para resolver. Outra questão crucial, que tenho referido, é a construção da heteronormatividade como “modelo de vida” adequado, questão que une como objetos de violência homens, mulheres e outros grupos, cujas identidades e diversidade afetivo sexual não normativa são deslegitimadas, colocando-as em posições de desvalorização e risco. Esta preocupação, não estando em foco neste capítulo, dá sentido à necessidade de manutenção deste debate na agenda política de género da quarta vaga.

APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA

Dando continuidade a uma pesquisa mais ampla acerca da violência sobre as mulheres, a corrente pesquisa propôs-se compreender perspetivas de estudantes universitários sobre a violência sobre as mulheres em tempo de pandemia. Nesta secção, refere-se o enquadramento teórico-metodológico, e a consulta a estudantes, explicita-se o instrumento de recolha de dados e os procedimentos de análise, para apresentar e discutir as perspetivas e olhares lançados pelo grupo sobre a problemática.

Em termos metodológicos assumiu-se o carácter *qualitativo interpretativista* da pesquisa, em que se cruzam subjetividades e se assume a interferência nos dados de participantes e da investigadora, cujos olhares são informados pelas suas vozes, enquanto história, experiência representações e expectativas de mundo (MACEDO, 2018), os seus *lugares de fala*. Não há qualquer intenção de generalização. Procura-se antes uma visão localizada, limitada a um grupo social específico, que se enquadra, relaciona e contribui para interpretar um mundo social mais amplo.

Para discutir o tema em debate, em abril de 2022, foram consultados estudantes de duas turmas da Unidade Curricular “Cidadanias e Diversidade” do Mestrado em Ciências da Educação, que leciono, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Trata-se de pessoas adultas de nacionalidade brasileira e portuguesa, havendo também uma pessoa espanhola, com idades entre os 25 e os 40 anos.

Inserindo-se nos debates sobre cidadanias e diversidade, o tema da violência social sobre as mulheres começou por ser apresentado, na sala de aula, tendo sido assumidos 3 pressupostos, prestados 2 esclarecimentos e mapeadas manifestações de violência, tal como referido acima. O grupo foi desafiado a responder a um questionário online. Sendo o questionário realizado como atividade da aula, o corpo estudantil foi informado do potencial uso dos resultados, para efeitos de investigação e publicação deste trabalho, tendo o total das pessoas respondentes autorizado a utilização das suas respostas. Ao longo da realização do questionário, foram prestados esclarecimentos, sempre que solicitados, no cumprimento dos princípios de rigor ético que devemos, sempre, associar à nossa pesquisa. Os dados foram analisados fazendo recurso a categorias inclusivas, que incorporam todos os textos partilhados (MACEDO, 2018).

Foram aplicadas duas versões do questionário, com perguntas abertas, e intencionalmente mal definidas, para abrir espaço à reflexão individual sobre o tema “violência social sobre as mulheres”. Visões que aqui se procura contrastar. Uma das versões do questionário foi dirigida a participantes que se autoidentificam como homens ou outras pessoas (H/O). Tendo havido apenas 5 respondentes, as questões abordadas foram:

- 1.1. Alguma vez esteve envolvido em violência social sobre as mulheres?
Assinale as opções que se aplicam.
- 1.2. Caso tenha estado envolvido na situação de violência, explique como foi configurada.
- 2.1. Durante os períodos de confinamento, na pandemia, as pessoas foram impedidas de circular livremente. Por favor, descreva os aspetos que supõe mais difíceis para as mulheres na experiência de ‘ficar em casa’.

2.2. Explique de que forma/s 'ficar em casa' pode ter constituído violência social.

A outra versão do questionário foi dirigida a participantes que se autoidentificam como mulheres. As questões abordadas foram:

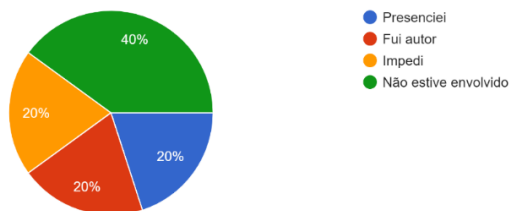
- 1.1. Alguma vez se sentiu objeto de violência social?
- 1.2. Em caso de resposta afirmativa à questão 1.1., explique como foi configurada essa violência
- 2.1. Durante os períodos de confinamento, na pandemia, foi impedida de circular livremente. Por favor, descreva os aspetos mais difíceis da experiência de 'ficar em casa'.
- 2.2. Explique de que forma/s 'ficar em casa' constituiu violência social.

QUE PERSPETIVAS E OLHARES? QUE RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA?

Apenas 5 homens ou outras pessoas (H/O) responderam à versão dirigida a esses grupos e 17 mulheres, responderam à sua versão do questionário.

Gráfico 1 - Violência social sobre as mulheres: Perspetivas olhares, relações – Homens/Outras pessoas

1.1. Alguma vez esteve envolvido em violência social sobre as mulheres? Assinale as opções que se aplicam.
5 respostas



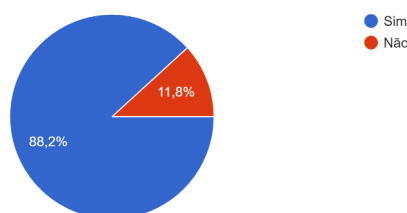
Fonte: Elaborado pela autora.

Duas pessoas (H/O) afirmaram nunca ter estado envolvidas em violência social, uma refere ter presenciado, outra ter presenciado e procurado intervir, e outra admite ter sido autora. Na pergunta correspondente, no questionário dirigido às mulheres (M), a maioria das mulheres (88%) afirmaram ter-se sentido objeto de violência, enquanto cerca de 12% não reconheceram ter estado nesse papel.

Gráfico 2- Consciência da violência social - Mulheres

1.1. Alguma vez se sentiu objeto de violência social?

17 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Na interpretação destes dados, numa visão esperançosa, parece poder assumir-se que o reconhecimento pela maioria das mulheres da sua localização enquanto objeto de violência social, as poderá apetrechar com saberes e instrumentos que lhes permitam assumir o seu poder como autoras da sua história e da sua cidadania, como sujeitos femininos de pleno direito. Aplicando a mesma visão esperançosa às respostas que negam a exposição a violência, poderíamos pensar que existe uma redução dos processos de violência social sobre as mulheres. No entanto, pode também admitir-se a prevalência da naturalização da violência social. Para essas mulheres que não se sentiram objeto de violência social, parece que, estando esta incorporada como natural, não é reconhecida. Seria relevante o desenvolvimento de processos de tomada de consciência que permitam um olhar mais informado acerca destas realidades? Talvez as respostas subsequentes dos grupos ajudem a clarificar esta questão.

No que concerne à identificação de manifestações de violência social, patente na questão 1.2. é também interessante contrastar os olhares presentes nas duas versões do questionário.

No primeiro, dirigido a homens ou outras pessoas, é acentuado o ‘abuso de linguagem’ (Respondente 1 – R1) sendo, noutro caso, explicitada a utilização de ‘discursos machistas’ que põem em causa a competência das mulheres,

Reprodução de discursos machistas como o questionamento da capacidade reflexiva das mulheres e também de questionar sobre a capacidade das mulheres de sentirem prazer sexual (R2)

Outra pessoa refere também a violência da linguagem, agora sob a forma de silenciamento e outras formas de violência que não explicita

Já presenciei violências de linguagem, de silenciamento e várias outras não físicas. (R3)

E ainda outra pessoa relata um caso explícito do que aparenta ser coação física em que conseguiu intervir,

Um homem estava insistindo para uma mulher com quem tinha uma relação que ela ficasse com ele e estava fisicamente próximo dela enquanto ela chorava e dizia que não. Eu observei e intervim e ele foi embora. (R4)

Na versão do questionário, respondida por mulheres, várias acentuam a presença da violência social, de forma generalizada, no mundo da vida

A violência social contra mulheres acontece diariamente e são incontáveis. (Respondente Mulher 3 – RM3)

E algumas associam-na a aspetos particulares, reportando-se diretamente, mas sem explicitação, a “h o m o g e n e i z a ç ã o , hipersexualização, sexismo na linguagem” (RM17) ou, de forma mais clara, a discriminação associada à nacionalidade “Por ser brasileira também, a violência social é muito aliada com a xenofobia.” (RM1)

Duas grandes categorias emergem da análise das narrativas, mais ou menos detalhadas, das respondentes mulheres: A objetificação do corpo feminino e do ser no seu interior e a subordinação das mulheres no contexto de trabalho, que deriva da anterior.

A OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO E DO SER NO SEU INTERIOR

Enquanto a respondente mulher 14 (RM14) refere o assédio como manifestação de violência social, as respondentes RM2 e RM4 associam assédio e sexismo, sem clarificar a que se referem, e RM13 reporta-se ao “sexismo” na linguagem. Por sua vez RM17 explicita o assédio enquanto “Assédio sexual e moral”.

Já RM1 acentua a violência do olhar e da falta de respeito pelo seu corpo, enquanto espaço privado, referindo

Olhares no metrô, já fui apalpada em transportes públicos (RM1)

Esta reflexão é desenvolvida por RM8 que refere o desrespeito do olhar masculino, ao longo da sua vida, articulando-o com a hipersexualização, o racismo e o silenciamento,

Desde criança sinto o abuso no olhar masculino com a hipersexualização dos corpos das mulheres e meninas. E sei que isso não é algo isolado a um grupo específico de mulheres (embora mulheres negras vivam isso de forma ainda mais evidente), mas a todas as mulheres de forma estrutural. Além disso, percebo a violência social no cotidiano tendo que brigar pelo espaço de fala com homens. (RM8).

A objetificação do corpo e do ser feminino é também referida por outras mulheres. No caso que se segue o que está em causa é o corpo feminino transformado em estimulante da sexualidade masculina, independentemente da vontade da mulher, uma situação em que esta é localizada em desumanização¹⁰,

Foram várias [situações de violência social], mas a que mais me marca atualmente foi uma vez em que estava voltando para casa a noite sozinha, e quando eu quase estava virando a esquina para a minha rua, um homem parou e começou a se masturbar “para mim”, apontando para a genitália dele e depois saiu correndo. (RM7)

Essa objetificação é também muito evidenciada na narrativa sentida de RM12, parecendo inserir-se num historial de subordinação e violência continuada.

Eu namorava um rapaz que pertencia a uma família bastante machista, onde havia uma maioria masculina muito forte. Um dia, num evento público, estava eu sentada a assistir uma palestra, onde o avô do meu namorado estava presente na plateia. Foi então, que ele, o avô, veio em minha direção, e disse que minha roupa estava inapropriada. Eu estava de calça jeans e uma camiseta regata. Olhei surpresa para ele. Ele estava a me repreender pela minha vestimenta. Olhei pra minha roupa, tentando perceber o que poderia haver de errado. Não encontrei, não havia e mesmo se houvesse. Sou eu quem digo sobre as roupas que devo ou não usar, com as quais me sinto bem. Foi então que voltei o meu olhar para a palestra e ignorei aquele senhor, avô de meu namorado. e assim, indignada, retornei a exata posição em que estava anteriormente.

Dia seguinte, era festa de aniversário desse avô. Ele estava rodeado por diversos de seus amigos, numa roda mesmo. Quando o

¹⁰ Toma-se de Paulo Freire (1968/2018) o conceito de desumanização, que o autor utiliza para referir a localização enquanto objeto, por parte dos grupos dominantes. O conceito oposto ‘humanização’, que se conquista através do diálogo, em processos de conscientização, permite a emersão enquanto sujeitos críticos, capazes de transformar o seu mundo.

cumprimentei, ele tornou a me repreender: ontem, hein? Aquela roupa.

Disse então, que era eu quem escolhia a minha roupa e que se houvesse algum problema com a minha vestimenta, e não havia, não seria ele a me dizer.

Ele ficou furioso, como é que uma jovem rapariga me enfrenta assim, em frente a tantos outros “machos”. Passei uns tempos a não ser bem vista, nem bem quista por esses homens todos da família.

É interessante acentuar nesta narrativa, a passagem de uma posição de falta de poder, em que a mulher, face à crítica masculina, começa por se interrogar quanto à adequação do seu vestuário, para passar a uma posição de força e afirmação de si enquanto sujeito feminino, autora da sua história e dona do seu corpo.

A SUBORDINAÇÃO DAS MULHERES NO CONTEXTO DE TRABALHO

A subordinação das mulheres no contexto do trabalho não é alheia à categoria anterior, sendo uma expressão da objetificação e desvalorização das mulheres. A questão do assédio no trabalho é objeto de reflexão mais ampla pela RM5, em que não só se regista o assédio como a cumplicidade institucional nesse assédio, num contexto de trabalho predominantemente masculino, a qual advém do não endereçamento da questão, nesse contexto, apesar da intervenção de um companheiro masculino,

Vários momentos de violência social, mas um dos exemplos que posso dar é estar no meu local de trabalho, num clube de futebol, onde não há mais público feminino a trabalhar. Estou constantemente a ser alvo de comentários sobre o meu corpo e a receber constantes mensagens e pedidos de mensagem por ser rapariga, apesar de não demonstrar o mínimo interesse. Também já foi lançado um boato sobre um dos jogadores seniores ter tido relações sexuais comigo, quando não o conheço.

Mais grave no meu contexto de trabalho ainda foi quando o meu coordenador me agarrou, ficou gravado em câmaras de vigilância, mas mesmo assim e mesmo depois de uma queixa ao presidente (tanto da minha parte, como da parte de um colega lá dentro que também assistiu ao sucedido) nada foi feito. Felizmente, consegui sair daquela situação no momento, porque o meu colega apareceu, mas não sei como seria se não tivesse acontecido e custa-me encarar esta passividade das pessoas perante uma situação tão grave. (RM5)

Outra mulher refere como violência social

Tratamento desigual, e de desconsideração, pelo facto de ser mulher, em serviços tradicionalmente geridos por homens. (RM17)

Os contributos de duas mulheres permitem também enfatizar a prevalência de desigualdades de escuta e reconhecimento no mundo público do trabalho remunerado, interseccionando dimensões de género e de idade,

(...), lembro-me que algumas vezes no meu antigo local de trabalho, as minhas colocações e posições eram desvalidadas pelo fato de ser jovem e mulher, sendo necessário em alguns casos, recorrer a uma figura masculina para que se resolvesse a situação, mesmo que esta figura repetisse exatamente aquilo que eu já havia dito. (RM3)

O facto de, em consulta médica e em análise de risco, ser considerada “velha” para ter filhos. (RM9)

Parecendo referir-se à questão laboral, outra mulher (RM11) acentua como violência social, numa sociedade que não se organizou para acomodar os direitos das mulheres no mundo do trabalho,

Condicionamento da liberdade de escolha e tomada de decisão em prol da organização familiar. (RM11)

Enquanto outra nos permite refletir sobre a importância da independência econômica, referindo,

Sinto que minha vida na cidade do Porto está limitada devido ao mercado de trabalho (subemprego)

Ainda outra reflete como a socialização das mulheres para aceitarem a subordinação se articula com a experiência familiar

Realização de trabalhos domésticos diferenciados entre irmãos e irmãs. (RM6)

É interessante acentuar, para finalizar esta seção, os modos como as experiências individuais se inserem, e de certa forma ilustram, o que nos dizem as estatísticas e os muitos estudos realizados em torno destes temas.

ASPETOS MAIS DIFÍCEIS PARA AS MULHERES, NA EXPERIÊNCIA DE ‘FICAR EM CASA’, DURANTE OS PERÍODOS DE CONFINAMENTO, NA PANDEMIA

A partir das respostas dos 5 homens ou outras pessoas (H/O) à primeira versão do questionário, foi possível identificar algumas preocupações. Estas reportam-se em particular ao trabalho doméstico, à gestão da relação (incluindo violência), e à relação com o trabalho remunerado.

R1 acentua a “Pressão sobre o trabalho doméstico.” sofrida pelas mulheres. R3 relaciona trabalho doméstico (incluindo gestão da família) com potenciais consequências, para as mulheres, face ao trabalho remunerado “Assumir mais trabalho doméstico e com os filhos e ter menos tempo para trabalhar ou ter perdido o emprego”. E R1 expande a

preocupação, referindo “Dificuldade para “voltar” ao mercado de trabalho possivelmente”.

3 dos 5 respondentes mostram como preocupação a gestão da violência, referindo a maior suscetibilidade das mulheres à violência, em tempo de ficar em casa,

Ter que lidar com problemas domésticos todos os dias, como por exemplo a violência de um parceiro. (R1)

Também, no caso se mulheres que vivem com parceiros violentos, estão mais suscetíveis à violência. (R4)

A chance de violência em situação familiar aumenta. Também para as mulheres caem mais as funções domiciliares. (R2)

Não se referindo, especificamente a violência, R5 refere as consequências do confinamento, acentuando

Uma das situações mais difíceis é o convívio permanente com outros elementos da “família”, muitas vezes em espaços reduzidos. (R5)

De forma relevante, estas preocupações vão na linha dos dados sobre violência (EIGE 2020, 2021) acentuaram o crescendo de violência sobre as mulheres, na Europa, em tempo de pandemia.

No que concerne à mesma questão, as reflexões das mulheres não referem diretamente ‘violência’, mas acentuam-se sentimentos de mau estar, insegurança e falta de espaço pessoal, associados a acúmulo de trabalho doméstico, gestão da família e trabalho remunerado, que organizei em 3 categorias.

ANSIEDADE, FALTA DE LIBERDADE E OUTRAS FORMAS DE MAU ESTAR

3 mulheres referem-se, em particular à ansiedade. A primeira referindo-a como a maior dificuldade; a segunda associando-a a outros sintomas; e a terceira remetendo-a para a gestão de si e de uma relação de intimidade, afetada pelo confinamento,

Acho que principalmente lidar com a ansiedade. (RM1)

Na cidade em que residia houve o lockdown, logo, só se podendo sair quando essencial. Por estar em uma posição de segurança financeira, acredito que a principal dificuldade foi vencer a ansiedade, o tédio e a monotonia. Manter a saúde mental em dia, foi um grande desafio. (RM3)

Acho que lidar com a ansiedade, de lidar comigo própria e também de passar pelo termino de um namoro com a minha ex namorada. Morar com ela também foi complicado. (RM5)

Para duas das mulheres é a falta de liberdade que está em causa, embora por questões um pouco diversas. Para a primeira, no sentido do limite à interação; para a segunda, configurando a falta de espaço para a tomada de decisão a diversos níveis.

A perda da liberdade individual e social; o isolamento; a falta das interações pessoais e sociais; ver condicionada as possibilidades de circulação. (RM9)

Limitação da liberdade de tomada de decisão pessoais e familiares. (RM11)

ISOLAMENTO SOCIAL, EXCESSO DE COMPUTADOR E A FALTA DE CONTACTO HUMANO

O “Isolamento social” (RM15) é configurado como dificuldade, sobe diversas formas, num período em que as relações sociais são definidas de forma exógena, por questões de saúde,

O isolamento social foi mau porque senti falta de estar e falar cara a cara com as pessoas e poder dar um abraço quando me sentia mais em baixo, por exemplo. (RM5)

Não poder sair com os meus amigos, não poder sair para estar sozinha. (RM14)

O mais difícil foi o estar impedido de contacto físico com os outros e as rotinas de circulação e convívio social terem sido alteradas. (R16)

Algumas mulheres relacionam a falta de relação humana com o excesso de tempo ao computador, parecendo que o último seria uma pobre substituição do contacto humano presencial,

Não ver gente; sair na rua e ser mandada para casa, nunca sair do ambiente de trabalho. (R17)

Estar no computador durante muito tempo e pouco convívio presencial (RM2)

Passar horas no computador e ausência de contacto físico/social (RM4)

Apenas uma mulher refere a existência de “Ambiente não seguro para comunicação.” (RM6) e outra os limites de “não poder respirar ar puro” (RM13)

TRABALHO, TRABALHO E... MAIS TRABALHO!

Particularmente os contributos de 3 mulheres, mais detalhados, permitem compreender a interseção de um conjunto de dificuldades, na combinação cumulativa e na conciliação forçada entre trabalho remunerado, gestão da casa, e dos filhos e do seu trabalho escolar

Ter de ficar em casa a trabalhar de forma digital, numa escola de educação infantil, tateando um terreno tão novo, somado às urgências da rotina da casa foi muito difícil. Conciliar trabalho, filhos e o trabalho a avançar muitas e muitas horas dentro de casa foi um desafio imenso. (RM12)

Assumir acúmulo de tarefas como cuidar da minha sobrinha, casa da minha mãe, estudar para prova de reconhecimento do grau académico estrangeiro, fazer o processo de visto e organização da mudança. Trabalhei aos fins de semana no restaurante da minha irmã para ajudá-la e durante a semana na secretaria académica da faculdade da cidade onde morava. (RM10)

As mulheres foram sobrecarregadas com o trabalho e mais o trabalho doméstico e ainda o trabalho de ensinar aos filhos todos os assuntos escolares. (RM8)

Dando possibilidade de compreender especificidades individuais, as reflexões destas estudantes vão também no sentido das dificuldades apresentadas pela EIGE (2020, 2021).

COMO ‘FICAR EM CASA’ PODE TER CONSTITUÍDO VIOLÊNCIA SOCIAL

De forma curiosa, as respostas de homens ou outras pessoas à questão anterior tinham já endereçado aspetos da violência social sobre as mulheres, em foco neste trabalho, contrariamente às mulheres que se focaram mais nos seus sintomas ou abordaram a violência de forma implícita. De certa forma, nesta questão homens e outras pessoas vem

explicitar e detalhar contornos da violência social sobre as mulheres, que já tinham identificado. “A falta de fuga!” (R1), maior vulnerabilidade e tensão nas relações, acumulação de tarefas e privação do contacto são claramente identificadas,

Expor o sujeito à uma situação de vulnerabilidade (se a casa for um local inseguro para o indivíduo), privando a pessoa de buscar ajuda em outras instâncias. (R2)

É nos momentos de relacionamento contínuo, muitas vezes com dificuldades económicas e emocionais que surgem momentos de tensão e mesmo conflito. (R5)

Sobre as mulheres caem mais funções, então ficar em casa oferece várias formas de violência social, como: cuidar dos filhos, cuidar da casa, cozinhar, limpar, etc. (R3)

Privar as mulheres do convívio social e profissional. (R4)

Relativamente a explicitar como ‘ficar em casa’ pode ter constituído violência social para as mulheres, 2 reportaram-se à sua experiência pessoal para referir que “Não se aplica” (RM2; RM4), uma delas afirma que não sabe responder (R5) e outra limita a relação entre ficar em casa e violência social, assumindo “Talvez por assédio na internet. Mas fora isso, acho que ficar em casa não constituiu VS.” (RM17).

Os restantes contributos permitem-nos compreender o impacto das relações na experiência de confinamento, sendo que serão as relações de poder mais desigual aquelas que conduzem a impactos mais profundos. Enfatiza-se também a acumulação de tarefas como violência social, exercida, agora, na interpenetração do espaço familiar. A restrição de liberdade, pela obrigação de ficar em casa, está também no cerne do problema para 3 das respondentes.

PODER DIFERENCIAL DAS RELAÇÕES, ASSUNÇÃO DE TAREFAS E A EMERSÃO DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO FAMILIAR

Os contributos que se seguem mostram a interpenetração (e, num caso, confusão) entre violência social e violência no contexto familiar, conceitos que procurei explicitar na sessão de trabalho e no início deste texto. Uma interpenetração que se tornou ainda mais marcada quando o mundo do trabalho remunerado invadiu o espaço da família, pela via digital,

As mulheres precisaram assumir diversas tarefas dentro de suas casas, ocupando-se de seus filhos e trabalhos, numa sociedade onde os homens pouco fazem dentro das casas. Não havia outra maneira, foi preciso ficar em casa para conter a pandemia, mas os diversos papéis que a mulher desempenha são muitos. Estávamos exaustas! (RM12)

Ao passo que não há divisão igualitária das tarefas domésticas, a fim de compreender o espaço vivenciado coletivamente como de todxs, logo todos devem colaborar igualmente. (RM10)

Se o ambiente familiar não é seguro, passar mais tempo em casa significa maior exposição à violência. (RM6)

Referindo-se à violência no espaço familiar, uma respondente dilui completamente as fronteiras entre violência social e violência no espaço familiar, referindo,

Acho que quando você convive com alguém, e essa pessoa te reprime e oprime em vários aspectos, isso pode caracterizar uma violência social. (RM7)

DE NOVO A ACUMULAÇÃO DE TAREFAS NÃO REMUNERADAS E REMUNERADAS, DENTRO E, ÀS VEZES, FORA DE CASA

A acumulação de tarefas traz para o espaço da família, de forma mais marcante, os impactos da violência social sobre as mulheres; a violência é particularmente marcante para aquelas cujas profissões não permitem o teletrabalho, e que são mais confrontadas com o risco,

Muitas pessoas não tinham segurança financeira nenhuma para se manterem em suas casas sem trabalhar. Várias profissões não são possíveis de ser realizadas de casa, nesse sentido, expondo diversas pessoas a situação de risco. Há diversos países em que as mulheres são as principais provedoras dos seus lares, a pandemia agravou inúmeras vulnerabilidades para este grupo social. (RM3)

Os excessos de trabalho e responsabilidade da mulher colocada na posição de mantenedora do lar. (RM8)

Junção obrigatória da vida profissional e vida familiar sem horários definidos já que as solicitações profissionais surgiram a toda a hora. (RM11)

RESTRIÇÃO DA LIBERDADE

A violência social de ‘estar em casa’ surge também “Enquanto privação do direito à liberdade de circulação e de expressão de necessidade” (RM16), agindo “contra a liberdade” (RM13), “Porque ficar fora de casa é também um direito” (RM15). ‘Ficar em casa’ constitui assim, violência social,

Na medida em que as diferentes liberdades pessoais, familiares e sociais foram restringidas. (RM9)

[Por] Não ter a possibilidade de socializar, de fomentar os nossos núcleos sociais e criar outros, acho que são os principais aspetos. (RM1)

No sentido em que me senti privada de realizar as minhas próprias vontades. (RM14)

LINHAS CONCLUSIVAS

Como se referiu, este estudo de natureza *qualitativa interpretativista*, não teve, nem poderia ter, qualquer objetivo de generalização. No entanto, é interessante compreender como as experiências e reflexões individuais neste grupo particular, constituído por estudantes universitários, de alguma forma replica, contextualizando os achados de estudos em grande escala, sobre a problemática da violência, que têm sido realizados em tempos mais recentes, trazendo sentidos mais profundos aos dados recolhidos por esses estudos.

Para além do diálogo que fui desenvolvendo com estes contributos narrativos, parece relevante acentuar, a partir deles, a noção de que os direitos de cidadania, tendo sido adquiridos, não são imutáveis, podendo ser objeto de retrocesso. Neste caso, foi perdido o direito à liberdade de circulação e de estar com as outras pessoas, que muitas e muitos de nós, provavelmente, reconhecíamos como direito garantido.

Parecem ter-se agudizado, também, condições facilitadoras da violência sobre as mulheres e terem ficado mais fragilizadas as condições da sua proteção. Também num enquadramento mais amplo, o estudo mostra a prevalência de violência social sobre as mulheres, em diversas manifestações, justificando-se, como é sabido, a prevalência da violência enquanto preocupação crucial na agenda política de género, na quarta vaga, apesar dos avanços legislativos e em alguns modos de vida.

A objetificação do corpo feminino e do ser no seu interior e a subordinação das mulheres no contexto de trabalho, são manifestações de violência social sobre as mulheres que a pandemia empurrou para o espaço familiar, como aspetos dos mais difíceis, para as mulheres, na experiência de ‘ficar em casa’, durante os períodos de confinamento, na pandemia.

Numa nota positiva, homens e outras pessoas reconhecem e parecem posicionar-se de forma solidária face aos desafios de discriminação e subordinação das mulheres, nos diferentes contextos e situações de vida, assumindo, mesmo, uma dessas pessoas, o seu papel como perpetrador, na reprodução de discursos machistas que objetificam as mulheres. A desocultação e verbalização desses problemas mostra, neste caso, que algum caminho tem sido traçado, também pelos homens e outras pessoas no caminho de construção de uma democracia mais autêntica.

Por sua vez, também numa nota positiva, a grande maioria das mulheres respondentes souberam reconhecer as manifestações de violência social de que têm sido objeto, assumindo-se, algumas delas, enquanto sujeitos femininos de direitos, com poder para agir sobre as próprias vidas, resistindo e sobrevivendo ao acantonamento em localizações estruturais de poder que as desqualificam e as violentam. No entanto, esse esforço, feito à custa das mulheres, resulta também em situações de mau estar e maior exposição à violência, em tempos de confinamento, que põem em causa os seus direitos mais básicos. Há que investir em estruturas e ações de proteção que efetivamente erradiquem a violência, como um dos grandes desafios que continuamos a ter que enfrentar na quarta vaga.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE DA SILVA, Joasey; MOURA DO CARMO, Valter; ROSSINI RAMOS, Giovana. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, Florianópolis, v. 7, n. 1 p. 101 – 122, jan./jul. 2021.
- BAKER, John; LYNCH, Kathleen; CANTILLON, Sara; WALSH, Judith. *Equality: from theory to practice*. Great Britain: Palgrave; Macmillan, 2004.
- BYERLY, Carolyn. Feminist intersectionality research in communications: origins, contributions and tensions. *Ex Aequo*, Porto, n. 35, p. 23-32, 2017.
- CERQUEIRA, Carla; MAGALHÃES, Sara. Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. *Ex Aequo*, Porto, n. 35, p. 9-22, 2017.
- DIOS VALLEJO, Dellia de. El movimiento feminista y los estudios de género. In: CARAPIA, Julia Chávez (coord.) *Perspectiva de género: una mirada de universitarias*. México: Escuela Nacional De Trabajo Social y Universidad Autónoma de México, 2015. p. 63-100.

EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY (EIGE). *Gender equality index 2020*: Portugal. Lithuania: EIGE, 2020. Disponível em: <https://eige.europa.eu/publications/gender-equality-index-2020-portugal>. Acesso em: 1 set. 2022.

EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY (EIGE). *Gender-based violence: the Covid-19 pandemic and intimate partner violence against women in the EU*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2021. Disponível em: https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/20210224_mhna30566enn_pdf.pdf. Acesso em: 1 set. 2022.

FONSECA, Laura. *Justiça social e educação: vozes silêncios e ruídos na educação escolar das raparigas*. Porto: Afrontamento, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento, 2018[1968].

LISTER, Ruth. *Citizenship: feminist perspectives*. New York: New York University Press, 1997a.

LISTER, Ruth. Citizenship: towards a feminist synthesis. *Feminist Review*, London, v. 57, n. 1, p. 28-48, Sep. 1997b.

LISTER, Ruth. Promoting women's economic independence. In: DENCH, Geoff (ed.). *Rewriting the sexual contract*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1999. p. 180-191.

MACEDO, Eunice. Enraizamento e vozes para os feminismos negros. In: CARMO MARQUES, Conceição Nogueira; MAGALHÃES, Maria José; SILVA, Sofia Marques da (coord.) *Um olhar sobre os feminismos: pensar a democracia no mundo da vida*. Porto: UMAR, 2003. p. 125-150.

MACEDO, Eunice. Violência e violências sobre as mulheres: auscultando lugares para uma democracia 'outra' mais autêntica. In: BRABO, Tânia (ed.). *Mulheres, gênero e violência*. Marília: Oficina Universitária & São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015a. p. 15-35.

MACEDO, Eunice. Violência(s) sobre a cidadania das mulheres: o caso do femicídio em Portugal. In: BRABO, Tânia (ed.). *Educação: mulheres, gênero e violência*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015b. p. 103-122.

MACEDO, Eunice. Violência entre parceiros íntimos (VPI): problema e sintoma no panorama das violências sobre as mulheres. *Ex Aequo*, Porto, n. 31, p. 29-44, 2015c.

MACEDO, Eunice. *Vozes jovens entre experiência e desejo: cidadania educacional e outras construções*. Porto: Afrontamento, 2018.

MACEDO, Eunice; SANTOS, Sofia. Apenas mulheres? situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus. *Ex Aequo*, Porto, n. 19, p. 129-155, mês, 2009.

MACEDO, Eunice; SANTOS, Sofia. In the quest for equality of condition: women's situation in Belgium, Lithuania, the Netherlands and Portugal. *Journal of International Women's Studies*, Bridgewater, v. 14, n. 3, p. 230-243, 2013.

MARQUES, Carmo; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Maria José; MARQUES DA SILVA, Sofia (coord.). *Um olhar sobre os feminismos: pensar a democracia no mundo da vida*. Porto: UMAR, 2003.

MONTEIRO, Maria de Fátima. A violência doméstica como problema social e político. In: JOAQUIM, Teresa; GALHARDO, Anabela (org.). *Novos olhares: passado e presente nos estudos sobre as mulheres em Portugal*. Oeiras: Celta, 2003. p. 89-96.

NOGUEIRA DIÓGENES, Elione; ROCHA, Maria Custódia; BRABO, Tânia. Os movimentos feministas brasileiros na luta pelos direitos das mulheres. In: BRABO, Tânia (ed.). *Educação: mulheres, gênero e violência*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 305-322.

PENICHE, Andrea. *Elas somos nós: o direito ao aborto como reivindicação democrática e cidadã*. Porto: Afrontamento, 2007.

TAVARES, Manuela. Movimentos de mulheres em Portugal: Décadas de 1970 e 1980. In: JOAQUIM, Teresa; GALHARDO, Anabela (org.). *Novos olhares: passado e presente nos estudos sobre as mulheres em Portugal*. Oeiras: Celta, 2003. p. 61-75.

UGALDE RESÉNDIZ, Aline. El ciclo autosustentable de la violencia de género en México. In: CHÁVEZ CARAPIA, Julia (coord.) *Perspectiva de género: una mirada de universitarias*. México: Escuela Nacional De Trabajo Social y Universidad Autónoma de México, 2015. p. 301-312.